



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

NOTA DO PCP SOBRE O MOMENTO POLÍTICO

1. A decisão do Secretariado do Partido Socialista de fazer cessar o exercício de funções dos seus membros no Governo assume no momento presente particular gravidade.

Essa decisão, pretextada pelo caso «República», coroa toda uma ampla e intensa actividade interna e internacional dos dirigentes do PS dirigida contra o processo revolucionário. Polarizando forças reaccionárias e conservadoras essa actividade tem como objectivo imediato a divisão do MFA e a formação dum novo governo de coligação de forças de direita.

O PCP fez insistentes esforços para o reforço da cooperação no quadro da coligação governamental, insistiu, sem êxito, na necessidade de suspender os ataques recíprocos, de examinar em conjunto a situação, de dar indicações às organizações para procurarem entender-se na acção comum.

Não respondendo a tais propostas, o PS mostrou não desejar de facto um governo revolucionário de coligação com o MFA e confirmou a sua manobra contra as actuais estruturas do poder.

O PS procurou deixar aberta a possibilidade da retomada de funções pelos seus membros do Governo. O PCP sublinha que tal eventualidade (bem como a participação de qualquer partido no Governo) não poderia ser condicionada por ultimatos, ou exigências de revisão das linhas gerais da política progressista.

A participação no governo tem de ser definitivamente condicionada pela participação e responsabilização real nas decisões do governo e na sua aplicação ao nível do aparelho do Estado e ao nível das massas.

O PCP chama a atenção dos militantes socialistas para a grave responsabilidade que estão a tomar os dirigentes do PS ao arrastar o seu partido para uma política aventureirista contra o processo revolucionário. Os dirigentes do PS estão a fazer correr graves riscos à revolução portuguesa, mas também ao seu próprio partido.

Caso se torne inviável o actual Governo de coligação de partidos com o MFA, o povo português opôr-se-ia firmemente a qualquer tentativa de formação dum governo de direita. A alternativa para o actual Governo de coligação só poderá ser um outro governo que prossiga a política democrática a caminho do socialismo já definida.

A natureza unitária, a operatividade, a eficiência, o reforço da autoridade, o apoio das massas populares deverão ser características de qualquer novo governo caso se torne inviável o actual Governo de coligação.

O PCP continua pronto a assumir todas as suas responsabilidades na solução da crise política que se atravessa, a fim de se assegurar o prosseguimento do processo revolucionário.

2. Na construção do novo regime democrático, na política antimonopolista e antilatifundista, na reconstrução da economia nacional, na realização de profundas reformas a caminho do socialismo, não é apenas o proletariado que está interessado, mas o camponês, a pequena burguesia, a intelectualidade, mesmo alguns sectores da média burguesia.

As forças revolucionárias não podem perder de vista a necessidade de uma correcta política de alianças. O isolamento social do proletariado poderia ser mortal para a revolução. A vanguarda revolucionária (popular e militar) defende no plano nacional os trabalhadores e todas as classes e camadas interessadas na luta antimonopolista e antilatifundista. A classe operária e a sua vanguarda mostram pelos factos, pela prática política, que defendem os interesses dos pequenos agricultores, dos pequenos comerciantes e dos pequenos industriais.

Estas classes e camadas devem ser atraídas ao processo revolucionário, evitando-se que sejam envolvidas pela demagogia e as manobras contra-revolucionárias do grande capital.

O PCP chama a atenção dos pequenos e médios comerciantes para a especulação que a contra-revolução e o grande capital estão fazendo dos seus problemas reais e do seu descontentamento para os arrastar contra o MFA, contra as forças progressistas, contra o processo revolucionário.

Iniciativas aventureiras como a do Plenário de Cascais, a manifestação de Lisboa, a concentração de veículos a fuel, longe de defenderem os seus interesses, podem grave e directamente prejudicá-los.

É com o MFA e com as forças progressistas, é com a Revolução, e não contra ela, que os pequenos agricultores e industriais verão resolvidos os seus problemas.

O PCP apela para que se libertem do controle político do grande patronato e das forças reacçãoárias, para que formem as suas organizações de classe, para que se unam em torno delas, para que juntem as suas forças e energias às das classes trabalhadoras na reconstrução do novo Portugal democrático.

3. O PCP refuta energicamente as calúnias que o acusam de procurar «assaltar o poder».

O PCP continua defendendo intransigentemente a construção de um Portugal democrático caracterizado simultaneamente por amplas liberdades (incluindo a liberdade de imprensa e a liberdade de formação e actuação dos partidos políticos) e por transformações profundas da economia e da sociedade conduzindo à liquidação da exploração do homem pelo homem.

Ao mesmo tempo, o PCP sublinha a necessidade do desmantelamento da conspiração contra-revolucionária, do rápido reforço da autoridade revolucionária e do respeito pela ordem democrática.

Desmascarando manobras divisionistas, todas as forças que estão com o processo revolucionário, todos quantos estão firmemente decididos a defender as liberdades, a edificar um regime democrático, a caminhar para o socialismo, devem pôr de parte o que de secundário os divide, para reforçarem a sua cooperação e a sua unidade e assegurarem o caminho vitorioso da Revolução Portuguesa.

O PCP apela para a classe operária, para todos os trabalhadores, para a juventude, para as massas populares, para todos os portugueses e portuguesas quaisquer que sejam as suas opiniões políticas ou credos religiosos. Apela para todos os revolucionários. Apela para socialistas, progressistas, católicos. A hora é de unidade de todas as forças que estão com o processo revolucionário. Unidade na luta contra a reacção. Unidade na defesa dos sagrados interesses do povo trabalhador. Unidade nos Sindicatos, nas Comissões de Trabalhadores e Moradores, nas Assembleias Populares, em todas as organizações de massas. Unidade na defesa das liberdades democráticas ameaçadas pela conspiração contra-revolucionária. Unidade na construção dum regime democrático. Unidade na transformação da economia e da sociedade portuguesa, rumo ao socialismo. Unidade do povo e Unidade do MFA. Reforço da aliança Povo-MFA, motor da revolução e garantia da sua vitória final e definitiva.

11 de Julho de 1975

**A Comissão Política do Comité Central
do Partido Comunista Português**